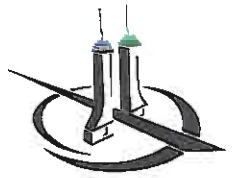


11210



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



PROTOCOLO GERAL
PROCESSO LICITATÓRIO

1471

450

PROCESSO N°:

DATA:

ASSUNTO:

CPF/CNPJ:

REQUERENTE:

009/2018
Data: 04/06/2018 Hora: 15:01:03
1 - Aquitação de Material/Serviço
CPF/CNPJ: 000000000000000000
11 - VENDEDOR - SEC. MUN. DE EDUCACAO

NUMERO DE FOLHAS (PROTOCOLO): _____

MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

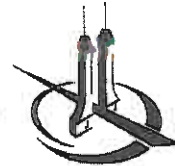
INEXIGIBILIDADE

009/2018

... E TODA O TRAMITE DESTA PROCESSO DEVERÁ SER



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



PARECER JURÍDICO Nº 186/18

Processo nº 2018/06/011202

Inexigibilidade 009/2018

Objeto: Repasse de valores do FUNDEB para APAE.

1. RELATÓRIO

Submete-se a apreciação desta Procuradoria o processo em destaque, que visa o repasse de valores a APAE, por meio de Termo de Fomento, em respeito ao art. 35, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/14, o qual indica a necessidade de *"emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria"*.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

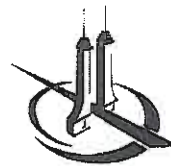
Cabe destacar, de início, que esta em fase de análise e deliberação Minuta Decreto elaborada por esta Procuradoria, que regulamenta e disciplina no âmbito municipal a aplicação das regras da Lei Federal nº 13.019/2014.

Além de regulamentação no âmbito municipal, encaminhamos também, para análise e deliberação do Prefeito Municipal, o Manual para Formalização de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil e Minuta de Termo de Colaboração/Fomento.

O Chamamento Público é o procedimento destinado a selecionar OSC para celebrar parceria com a Administração Pública. Seu objetivo é garantir igualdade de competição entre as OSCs na busca por recursos públicos e também a seleção da melhor proposta. Conquanto a seleção de OSC por meio de chamamento público seja a regra, a Lei nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



13.019/2014 também prevê hipóteses de dispensa e inexigibilidade de procedimento de seleção.

No caso trazido a análise, pela documentação acostada ao procedimento, identifica-se a possibilidade de celebração da parceria com inexigibilidade de chamamento público. Visto que, trata-se de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uruguaiana – APAE, que atende o Município há muitos anos, sendo entidade sólida e única no município certificada para atuação neste ramo.

No entanto, deve a Área Técnica aprovar expressamente o plano de trabalho constante dos autos, não sendo suficiente a mera menção da presença do documento em sua manifestação, assim prevê o artigo 35, inciso IV, da Lei nº 13.019 de 2014, por ser a aprovação do plano de trabalho requisito para celebração e formalização do instrumento.

Ademais, a justificativa para a ausência do chamamento público é atribuição do administrador público, a quem compete verificar se o caso concreto se enquadra em alguma das hipóteses que autorizam a dispensa ou a inexigibilidade. Nesse sentido é o art. 32 da Lei nº 13.019/2014:

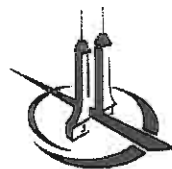
Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público **será justificada pelo administrador público.**

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como o disposto no art. 29, não afastam a aplicação dos demais dispositivos desta Lei. (grifo nosso)

Nos casos de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público, sem prejuízo de consulta sobre questão específica, devidamente formulada pela autoridade competente, o parecer jurídico sobre a possibilidade de celebração da parceria analisará o cumprimento dos requisitos previstos nos incisos dos arts. 35 e 42, ambos da Lei nº 13.019/14.

3. CONCLUSÃO:

Ante o exposto, numa análise prévia, opino pela viabilidade de inexigibilidade de chamamento público, desde que sejam observadas, na íntegra, as recomendações e os condicionamentos delineados neste Parecer.

Para melhor adequação desde procedimento as normas legais, sugerimos que este expediente adote a minuta de Termo de Fomento/Colaboração elaborada por esta Procuradoria, encaminhada ao Gabinete do Prefeito.

Nada mais havendo a analisar, devolvam-se os autos ao órgão consulente, para conhecimento e adoção das medidas pertinentes.

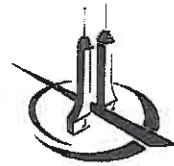
É o parecer que submeto à consideração superior.

Uruguaiana, 07 de junho de 2018.

Luciana Ledezma da Silva
Luciana Ledezma da Silva - OAB/RS 71.575
Procuradora do Município




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO



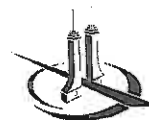
4. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Após análise Acordo, o Parecer suprarreferido.


Edson Roberto Corrêa Pereira Junior
Procurador Geral do Município
OAB/RS 65.482.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO



P.M. DE URUGUAIANA
Processo nº 11202/18
Fl. nº 113

Processo nº: 11202/2018
Inexigibilidade nº: 009/2018
Data: 12/06/2018

Senhor Secretário,

Pela presente, considerando a observância do disposto na Lei nº 8.666/93, orientamos seja observado o Parecer Jurídico nº 186/2018 da PROGEM às fls. 111/112.

Atenciosamente,


Emilene Moroso Risso

Assessora Especial de Controle Interno
Matrícula 15451-2

ATENÇÃO AS SOLICITAÇÕES DO PARECER

OPINÃO 186/2018 (FOL. 111/112-V), SEM COMO

APRESENTADA TODA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO PARECER

OPINÃO 174/2018; OPINÃO PELA ASSINATURA DO

TERMO DE FOMENTO 001/2018.

em 25/6/18



EDSON ROBERTO CORRÊA PEREIRA JUNIOR
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/RS 66.482